

Médio Oriente

A desordem regional árabe e o 11 de Setembro

Gema Martin Muñoz

Para os regimes do Norte de África e do Médio Oriente envolvidos numa luta feroz contra as suas oposições internas, a coligação antiterrorista foi um presente. Encontraram no quadro internacional a legitimidade para as suas políticas repressivas de segurança e as suas "leis antiterroristas", à margem de qualquer estado de direito.

A nova estratégia de luta contra o terrorismo elaborada pelos Estados Unidos, após os atentados de 11 de Setembro de 2001, introduziu uma série de elementos que, na ordem socio-política dos países do Norte de África e do Médio Oriente, se traduzem num agravamento do autoritarismo predominante, num enfraquecimento agudo do estado de direito e num progressivo bloqueio das possibilidades de melhoria socio-económica que beneficiassem as suas castigadas populações. A cooperação em matéria de segurança posta em prática desde o 11 de Setembro, à margem de qualquer norma de direito e com a ajuda complacente dos Estados democráticos e, desde logo, dos Estados Unidos, agravou imensamente a já difícil situação vivida nesta região, caracterizada pela existência de poderes ilegítimos e sociedades em ruptura.

Para entender bem a gravidade da situação destes países desde os atentados do ano passado, é necessário analisar o contexto socio-económico e político em que se encontravam a 11 de Setembro. A nível interno, a maior parte dos Estados árabes ancoraram-se no tribalismo, no clientelismo e na depredação socio-económica dos seus países. Os seus governantes são uma elite política herdeira de um sistema de valores que, desde os anos 70, fracassou rotundamente e são incapazes de oferecer um projecto ideológico alternativo às suas populações. O nacionalismo desenvolvimentista, o socialismo igualitarista, o pan-arabismo, o anti-imperialismo (sempre catalisado no laboratório da luta contra Israel) que nutriram de ideias as sociedades árabes dos anos 60 e 70, entraram, em consequência dos fracassos acumulados, em crise. Como resposta, estes regimes limitaram-se a liberalizar as suas economias, combinando o processo com estratégias que lhes garantissem um total domínio político, o que desembocou em processos de liberalização muito imperfeitos e incompletos. Uma liberalização correcta,

que passaria pela autonomização dos actores económicos em relação aos políticos, pela concorrência, pela transparência, por uma reforma fiscal e pela supressão de comportamentos monopolistas, está bloqueada, pois os governantes responsáveis pela liberalização económica procuram proteger-se da transparência e da emergência de novas elites económicas. Em consequência, a liberalização económica não se traduz em benefícios para a população, De facto, segundo a OIT, em finais dos anos 90, os países do Norte de África e do Médio Oriente, depois da África Subsahariana, constituíam a região com maior taxa de desemprego do mundo (calcula-se que atinja cerca de 20 milhões de pessoas).

Confrontados, assim, com sociedades em ruptura, incapazes de superar os desafios do desenvolvimento económico e minados pela corrupção e pelo nepotismo, os governantes destes países dirigem as suas sociedades com uma enérgica mão de ferro, que reprime todos os movimentos ou partidos de oposição. Para tal, utilizam jurisdições militares de excepção e “antiterroristas”, onde reina o arbitrário. Esta repressão tem sido particularmente dirigida contra os partidos islamistas reformistas (alheios aos grupos radicais e violentos), porque são a oposição com maior base social, mas não poupam esforços a perseguir também os militantes de associações de defesa dos direitos humanos e qualquer outra oposição que logre uma certa mobilização social. Existem, sem dúvida, diferenças entre os países e diversos modos de actuação, mas as excepções são escassas.

No Norte de África, o único país que sofreu mudanças positivas e que não entra neste quadro draconiano é Marrocos. É o único país árabe onde houve um processo de alternância política, por muito imperfeita que tenha sido, onde o estado de direito, em vez de fazer marcha atrás, avançou consideravelmente, onde se ampliaram os níveis de liberdade e pluralismo, traduzidos numa ampliação da liberdade de imprensa e no desenvolvimento de uma sociedade civil dinâmica e activa, com um movimento associativo que actua como motor de reformas e mudanças. É certo que ainda falta muito para alcançar a democratização mas, na actualidade, é o único país que se encontra em processo de mudança e não de involução, o que deveria ser razão mais do que suficiente, no panorama regional, para que se optasse por dar um apoio substantivo a Marrocos.

No Médio Oriente, só na Jordânia e no Líbano existe um pluralismo, contrariamente aos países vizinhos, mas é esvaziado pela “hibernação”, no primeiro caso, e pela tutela síria e pelo confessionalismo tribalizado, no segundo. Outro factor de distanciamento entre governantes e governados nos países árabes é a crescente constatação da incapacidade

dos líderes para actuarem em conjunto e para terem influência na comunidade internacional. Muito pelo contrário, a sua prioridade é a sobrevivência no poder (ou política do “salve-se quem puder”), o que os leva a desenvolver relações turbulentas entre si, a ser incapazes de estabelecer estruturas multilaterais de peso político, económico e militar, e a depender pateticamente dos apoios das potências ocidentais. Assim, a sua capacidade de defender as “causas árabes” é quase inexistente. Neste contexto, a incapacidade dos Estados árabes para influenciar uma solução mais justa para a situação em que se encontram os palestinianos e os iraquianos, percebida como dois exemplos de uma atitude discriminatória da “comunidade internacional” (passiva perante uma tragédia que dura há mais de meio século, mas rápida a mobilizar-se para defender uma monarquia petrolífera ditatorial e para castigar o povo iraquiano, em vez de lutar contra outro ditador) tem efeitos devastadores para a legitimidade desses governantes e para a credibilidade de uma política internacional que é vista como hipócrita e injusta. Neste sentido, a política internacional tem desempenhado nesta região um papel determinante na “desordem” interna e regional existente, pois as prioridades estratégicas e militares ocidentais têm sido mais importantes do que o desenvolvimento e a democratização. A trágica experiência das populações civis é menosprezada, o que provoca potenciais reacções de violência e explosão social.

O cenário do 11 de Setembro e as suas consequências

Neste quadro interno, regional e internacional, chegou o 11 de Setembro e o convite para a coligação contra o terrorismo. Para todos os regimes envolvidos numa luta feroz contra as suas oposições internas, foi uma benção caída do céu, dado que o convite americano lhes permite legitimar as suas políticas repressivas de segurança e as suas “leis antiterroristas”, à margem de qualquer estado de direito. Encontraram no quadro internacional formas de legitimar essa amálgama, intencionalmente procurada para não definir quem é quem nesta parte do mundo, que utilizam para sua conveniência, que é o “terrorismo islâmico” .

Não surpreende, portanto, que os discursos oficiais procedentes de Argel, de Tunis ou do Cairo... após o 11 de Setembro, tenham apontado para a reafirmação de que eles é que estavam no bom caminho e que, inclusivamente, se tinham adiantado, pois estavam dotados, desde 1999, de um tratado regional, a Convenção Árabe contra o Terrorismo, denunciada por todas as organizações de direitos humanos. Depois do 11 de Setembro, alguns apressaram-se a modificar a sua legislação. Assim, a Jordânia promulgou, por

ordem real, à margem do Parlamento, uma lei que altera o Código Penal e que amplia, de forma significativa, a definição de terrorismo e cria novas infracções. Mas a maioria destes regimes não necessitaram de adoptar novas leis, somente tiveram que obter o consentimento da comunidade internacional para as suas leis, apelidadas de “antiterroristas”, há muito em vigor, e trágicas para as suas sociedades.

Neste quadro regional, não se pode esquecer Israel. A definição unilateral de “terroristas”, que este país sempre usou contra os seus inimigos na região, foi assumida tradicionalmente pelos Estados Unidos e, após o 11 de Setembro, a política do governo israelita pretende claramente reduzir o conflito com os palestinianos a uma questão de terrorismo, beneficiando da impunidade que deriva da nova luta contra o terrorismo para que se ignore a raiz do problema: a ocupação ilegítima e pouco compassiva dos territórios palestinianos. Daí que, cada vez que se vislumbra uma possibilidade de estabelecer uma trégua nos atentados suicidas palestinianos, longe de responder com alguma iniciativa política que aligeire a pressão brutal que se sente nos territórios palestinianos, o exército israelita inicia uma ofensiva ou assassina algum líder destacado, acabando com tal hipótese de trégua. No entanto, são os castigos colectivos, os assassinatos políticos, as deportações, o colapso económico, a população sitiada, e ainda um vasto etc., que Israel leva a cabo nos territórios palestinianos ocupados que são o motor e a fonte do recurso desesperado ao terrorismo por parte de sectores palestinianos. A questão é que a política de “segurança nacional”, em nome da qual se justificam estas acções israelitas, não gera, de facto, mais nada para além de insegurança e violência para palestinianos e israelitas e para a região em geral.

Num momento em que os actores determinante da política internacional deveriam questionar que mudanças, incontestavelmente necessárias, deveriam apoiar para se alcançar uma verdadeira estabilidade socio-política neste vulcânica região e o subsequente desenvolvimento económico, a dinâmica do 11 de Setembro e da sua “guerra contra o terrorismo”, elaborada pelos Estados Unidos e seguida pelos países europeus, não só não tem em conta estes factores como está a fortalecer os desequilíbrios, menosprezando a democratização e o respeito pelos direitos humanos e consolidando a impunidade de regimes que mantêm a grande maioria da sua população sob uma pressão socio-económica e política insuportável, o que coloca esta região numa situação de crise aguda e crescente instabilidade.

Tudo isto nos conduz, finalmente, a colocar várias questões-chave: a aliança mundial contra o terrorismo que os Estados Unidos estão a instaurar é capaz de defrontar as causas profundas que produzem essa violência, ou corre o risco de a alimentar? O conceito de segurança vai orientar-se para a busca da paz e da estabilidade na região, tendo em conta que isso exige favorecer a democracia e as liberdades, ou vai limitar-se a manter o tão arriscado *statu quo* existente? Não é promissor ver como, na última reunião da Comissão de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, os 53 Estados membros cederam às pressões dos Estados autoritários (como a Argélia ou o Egipto) e dos Estados Unidos que, sem ser membro da Comissão, aí gastou muitas energias, recusando, finalmente, todas as propostas apresentadas por Mary Robinson, por organizações não-governamentais, por diversos peritos internacionalmente reconhecidos e mesmo por alguns países latino-americanos e europeus, destinadas a criar um mecanismo de supervisão da acção dos Estados no quadro da luta contra o terrorismo.

Se se ignoram os problemas de repressão e de violação dos direitos humanos de que padecem, quotidianamente, as populações do mundo árabe e muçulmano, se não se valorizam as vítimas inocentes desta parte da mundo de forma igual às que sucumbiram nas Torres Gémeas, se a luta contra o terrorismo se converter em instrumento de opressão dos direitos dos palestinianos e dos seus concidadãos árabes e muçulmanos, a pressão sobre estas populações aumentará e, com ela, os riscos de radicalização e de instabilidade. Assim se alimentará também, de maneira reactiva, essa memória histórica das populações muçulmanas contra um cínico Ocidente que mantém um humilhante *double standard* em relação ao estado de direito, à democracia e às liberdades. E que não venham apressados os maestros do choque de civilizações dizer-nos que o problema é a incompatibilidade cultural. O problema é a injustiça, a opressão e uma insuportável prepotência militar.